

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PENSAR O PLANEJAMENTO E A GESTÃO URBANA EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAMBIENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO, EM CAMPINA GRANDE-PB

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades de gestão e planejamento urbano para áreas pobres, com foco na comunidade do Mutirão, localizada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Para tanto, ele está construído a partir de reflexões sobre os processos de periferização e segregação urbana e os problemas ambientais enfrentados no espaço da cidade. Nesse contexto, são discutidas as seguintes questões: Como as áreas pobres com grande precarização socioambiental estão constituídas nas cidades? Quais são os elementos e agentes produtores dessa situação? Quais os problemas enfrentados por essas áreas? Como pensar o planejamento urbano dessas áreas? Auxiliam esta pesquisa conceitos teóricos e metodológicos desenvolvidos na busca de uma melhora nas condições de vida dos habitantes de áreas mais precárias da cidade.

Palavras-chave: Socionatureza, Gestão e planejamento, Comunidade do Mutirão.

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges and opportunities of urban planning and management for poor areas, focusing on the community "Mutirão", located in the city of Campina Grande, State of Paraíba. To this end, it was constructed from reflections on the peripherization processes and urban segregation and environmental problems faced in the city space. In this context, the following issues are discussed: How poor areas with great environmental insecurity are constituted in the cities? What are the elements and producing agents of this situation? What are the problems faced by these areas? How to think the urban planning of these areas? This research was supported by theoretical and methodological concepts developed in the search for an improvement in living conditions of the inhabitants of the most precarious areas of the city.

Keywords: Social nature, Planning and Management, "Mutirão" Community.

RESUMEN

La construcción del presente trabajo se da a partir de reflexiones hechas sobre los procesos de periferización urbana y problemas ambientales enfrentados en los espacios de la ciudad, teniendo como objetivo el analizar los desafíos y posibilidades de gestión y de planeamiento urbano para áreas pobres, con enfoque en la comunidad de Mutirão en Campina Grande/PB. Por lo tanto, es necesario comprender la ciudad en cuanto articulada y fragmentada. Y sus procesos de segregación, que constituyen uno de los pilares del problema, en esta reflexión las preguntas que surgen a ser pesquisadas son: ¿Como las áreas pobres con grande precarización socioambiental, se constituyen en la ciudad? Qué elementos y agentes las producen? ¿Qué problemas enfrentan? ¿Es posible crear posibilidades para un planeamiento urbano en estas áreas? Para elucidar tales cuestiones se buscó percibir posibles conceptos que auxilien estas reflexiones teóricas, más allá de las metodologías que materializan esta posibilidad, para una búsqueda efectiva de mejoras de las condiciones para las áreas más precarias de la ciudad.

Palabras clave: Socionaturaleza, Gestión y planeamiento, Comunidad del Mutirão

ZENYYS FREIRE
zenyys@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um dos temas contemporâneos que mais suscitam debates é o da problemática em torno da precariedade socioambiental nas cidades. Em sua maioria, essas discussões descendem do fato de as cidades estarem cada vez mais voltadas para as práticas mercadológicas e consumistas. Acúmulo de lixo, enchentes/ inundações, poluição e falta d'água, e contaminação do solo são alguns dos problemas cada vez mais presentes e intensos nas cidades. Os mais pobres, habitantes de espaços com maior precariedade social e ambiental, são os mais atingidos.

É dessa realidade que emergem as questões que orientam este estudo: Quais elementos conduzem à constituição de áreas precárias nas cidades? Quais os problemas socioambientais podem ser encontrados nas cidades? É possível desenvolver uma proposta de planejamento e gestão urbana para essas áreas degradadas e, em caso afirmativo, quais recursos intelectuais e metodológicos podem ser utilizados nessa tarefa?

Este estudo tem como objetivo analisar desafios e possibilidades de gestão e planejamento urbano para áreas de grande precarização, tomando, em especial, o caso da comunidade do Mutirão, em Campina Grande, no Estado da Paraíba. Para essa tarefa, serão discutidos os seguintes tópicos: apontamentos de ordem teórico-conceituais; existência da problemática ambiental em torno da comunidade do Mutirão; e, por fim, a proposta de planejamento e gestão urbana dessa área.

As reflexões aqui desenvolvidas são contextualizadas a partir do campo de análise e da percepção dos problemas elencados pelos moradores da comunidade do Mutirão, sobressaindo-se, dessa maneira, a necessidade de aprofundamento da abordagem como uma das formas de prestar uma contribuição efetiva à melhoria das condições de vivência da comunidade em questão.

Metodologicamente, este estudo encontra respaldo em reflexões teóricas a partir de levantamento bibliográfico, pesquisas de campo realizadas na comunidade do Mutirão e em documentos legislativos (Plano Diretor). A análise está construída a partir de dialética em que as contradições e conflitos de pares, a exemplo de homem/natureza e pobres/ricos, materializam-se no espaço da cidade, engendrando discussão que busca pensar para além dessas dualidades.

PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS: a socionatureza como uma possibilidade teórico-conceitual para pensar o binômio homem/natureza.

A Geografia, desde seu processo de constituição enquanto saber institucionalizado, possui uma linha divisória tênue que provoca muitas discussões. Gonçalves (2002) destaca que, de modo geral, esse processo está presente na ciência moderna através de um pensamento eurocêntrico e colonial estabelecido na oposição entre bom e mal, luz e trevas, sujeito e objeto. Na Geografia essa dualidade apresenta-se na oposição homem versus natureza, ou, dito de outra forma, na contrariedade entre a Geografia Física e a Geografia Humana. A respeito desse pensamento Carlos (2013), diz que:

A análise do espaço aparece como pressuposto, isto é, a disciplina definindo o espaço como seu campo de conhecimento e como objeto de estudo. Tal preocupação colocou a “relação homem-natureza” no centro da composição da disciplina que, ao longo de seu processo constitutivo, criou uma contradição insolúvel entre uma “Geografia Física” (em relações com a Geologia e a Meteorologia) e uma “Geografia Humana”, voltada ao seu caráter social histórico (CARLOS, 2013, p. 58).

Essa dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana resulta em uma fragmentação desta, bem como nas formas de olhar seus campos de estudo. Mas, é preciso

repensar as divisões de estudo da Geografia. As especializações próprias do aprofundamento de campos de estudo, são necessárias. No entanto, não se deve perder de vista o elemento central de análise da Geografia, o espaço. A respeito de espaço, Santos (2013, p. 63) destaca que ele uno e múltiplo por ser “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações”. É diante dessa conjuntura que as inter-relações entre homem e natureza não podem estar desvinculadas.

Moreira (2008) também ressalta a necessidade de pensar além dessas dicotomias e articular e inter-relacionar a Geografia Física com a Geografia Humana para uma compreensão do espaço a partir da sua multidimensionalidade e complexidade. Transportamos, assim, o olhar para o espaço da cidade, que é uma materialização dessa articulação e inter-relação, através de seu sítio que existe na superfície terrestre onde a cidade se constrói.

Nesse sentido, o homem pode atuar na transformação da paisagem utilizando técnicas de arazoamento de morros, terraplanagem e canalização de rios. Apesar disso, o sítio urbano permanece, pois tanto os sistemas de drenagem quanto o relevo modificado vai se relocando com o passar dos anos de modo que os problemas gerados com o crescimento e adensamento das cidades tornam-se mais evidentes.

É imprescindível, portanto, pensar a cidade a partir de uma relação híbrida entre sociedade e natureza para que se possa trabalhar de forma efetiva a melhoria das condições de vida na cidade, conforme aponta Swyngedouw (2009):

Não há nada ‘puramente’ social ou natural na cidade, e ainda menos antissocial ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos; essa ‘coisa’ híbrida sicionatural chamada ‘cidade’ é cheia de contradições, tensões e conflitos (SWYNGEDOUW, 2009, p. 100).

A superação do antagonismo homem e natureza é a condição inicial para pensar sobre suas relações, sobretudo quando são levadas em consideração as relações de intangibilidade destacadas por Carvalho (2011), dentre as quais destaca-se a possibilidade de a natureza ser contornada e destruída. Esse tipo de ação ressaltada por esse autor está fundamenta-se no processo desvalorização do homem como parte da natureza, o que termina por revelar-se um ponto de partida para a melhoria das condições de vida dos sujeitos que habitam a cidade. Acerca desse tipo de abordagem, Carvalho (2001, p. 3) afirma que “assumir esta posição não propõe romper com a valorização da questão ambiental na cidade, propõesim, assumir a cidade como híbrido, ou como sicionatureza urbana”. Pensar a partir da ótica da sicionatureza é avançar nas discussões sobre a cidade diante dos grandes problemas existentes nesse espaço. Essa é uma discussão necessária e urgente. Na cidade, os problemas estão atrelados a processos de segregação, fragmentação, exclusão e contensão.

De acordo com Sposito (2011), o desenvolvimento da segregação espacial está ligado sobretudo ao processo fragmentador da cidade. As multifaces da cidade mostram-se, de um lado, em áreas de grande valorização imobiliária e vultosos empreendimentos que contam com infraestrutura e incentivos estatais, e, por outro, em espaços de grande precariedade social e ambiental.

Dentre essas áreas debilitadas, a maioria conta com graves problemas ambientais ou encontram-se próximas a áreas de preservação. Essa condição, segundo Haesbaert (2014), é geradora de processos de “exclusão territorial”¹ em que os habitantes desses locais estão sendo retirados e excluídos dessas áreas a partir de discursos pautados pela ótica da preservação ambiental, provocando um maior acirramento entre homem e natureza.

¹Para melhor compreensão da amplitude desta discussão ler Haesbaert (2014).

A tentativa de superação dessa dicotomia a partir de abordagem da socrionatureza é o que conduz a compreensão inicial da relação entre gestão e planejamento urbano das cidades. A análise desse tratamento, contudo, remete, por sua vez, ao entendimento desses espaços historicamente produzidos e de precariedade social e ambiental habitados por quem detém menor poder aquisitivo. Diante disso, a proposta de planejamento e gestão urbana de comunidades desse tipo discutida neste estudo está respaldada em Carvalho (2011) ancorando-se em conhecimentos da área e em políticas efetivas para sua melhoria.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO EM CAMPINA GRANDE, PB: aspectos de vulnerabilidade socioambiental

O processo de crescimento das cidades brasileiras tem acirrado a segregação e a desigualdade entre seus habitantes. Santos (1993) afirma que quanto maior for o crescimento das cidades, mais conhecidas serão suas mazelas. Essa realidade, por muito tempo, esteve apenas associada às grandes cidades. No entanto, esse fato atinge de igual modo as médias e pequenas cidades. (salvaguardando as escalas de análise) esse cenário faz-se presente também em Campina Grande, na Paraíba.

Com quase de 402.000 habitantes (IBGE, 2013), Campina Grande é uma cidade em franco crescimento e, por conseguinte, reproduzindo desigualdades concernentes a precarização social e ambiental em áreas pobres que tem aumentado nos últimos anos. Até o início da década de 2000, eram quatorze os aglomerados suburbanos na cidade (IBGE, 2000), atingindo, dez anos depois, a quantidade de dezoito aglomerados. Em 2010, a população residente estava distribuída em 29.039 domicílios.

Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicado em 2010, define aglomerados subnormais como:

[...] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

Antes de avançarmos cabe-nos uma ressalva quanto ao uso do termo “aglomerado subnormal”. Discutir o assunto moradia a partir dos sentidos de “normal” e “subnormal” é uma ação questionável porque remete a geração de estereótipos de marginalização e de algo “abaixo” da “normalidade” dado o efeito simbólico da linguagem inerente a essas noções. A classificação de moradias no Brasil deve considerar elementos maiores que suas formas, uma vez que estas construções são desenvolvidas de maneira a considerar um contexto histórico e cultural das pessoas que produzem estas moradias.

A carga simbólica relacionada aos termos “normal” e “subnormal” denota um as relações assimétricas de poder, conforme aponta Raffestin (1993). Para esse autor, os termos em questão carregam significados no qual estão implícitos vários discursos que fomentam a desigualdade e reforçam preconceitos. Esses preconceitos revelam-se não apenas nas relações étnicas, mas também sob a ótica das origens geográficas² que reforçam as separações de uma cidade fragmentada, segregada e desigual.

Na comunidade do Mutirão os estigmas de formação e localização estão presentes. A localidade destaca-se na cidade, entre outras questões, pela multiplicidade de questões envolvidas com seu processo de constituição. A partir das histórias de vida dos moradores da comunidade é possível juntar os cacos que remontam a esse processo.

²Essa discussão está aprofundada na *Preconceito contra a origem geográfica do lugar*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

O Mutirão está localizado na região sudoeste de Campina Grande, no bairro do Serrotão. A formação da comunidade teve início com um conjunto habitacional construído pelo Governo do Estado da Paraíba como parte de um programa desencadeado na década de 1980 e que tinha por objetivo a construção de casas populares. No Estado, as cidades de Patos e Guarabira também foram contempladas com o programa que foi tocado à época pela Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), hoje Fundação de Apoio Comunitário (FAC).

A construção do conjunto no Mutirão seria realizada a partir do cadastramento de famílias que não possuíam moradia própria alicerçada em uma parceria entre o Estado (material de construção) e futuros moradores (mão-de-obra). Cento e cinquenta e três casas no estilo conjugado³ chegaram a ser edificadas. Em 1985, devido a motivações de ordem política, a FAC abandonou o empreendimento deixando muitas casas inacabadas. Com isso, os futuros moradores, temendo ficar sem ter onde morar, ocuparam as construções desprovidas de condições básicas de infraestrutura (telhado, paredes, banheiros) e os serviços de água, esgoto e energia elétrica. Diante de tanta deficiência, alguns moradores trocaram suas construções por outros bens, a exemplo de animais e imóveis.

Outras áreas destinadas à construção do conjunto habitacional foram loteadas e doadas, favorecendo a ampliação do Mutirão. Desvalorizado, o Mutirão passou a abrigar principalmente migrantes de cidades vizinhas e moradores de outros bairros onde pagavam aluguéis.

A Figura 1 abaixo mostra o Presídio Regional do Serrotão mostra a comunidade do Mutirão entre o Presídio Regional do Serrotão e o Lixão Municipal (desativado em 2012). Essa localização do Mutirão é um dos agravantes da precarização da área.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO ENTRE O PRESÍDIO E O LIXÃO



Fonte: Google Earth. Adaptado por Freire, 2013.

O distanciamento em relação à área central do município e a proximidade com o Presídio e o Lixão transformaram o Mutirão em uma espécie de “terra de ninguém”, acentuando a violência e o tráfico de drogas na área.

Apesar do contexto de precarização, a comunidade empenhou-se, por meio de lutas sociais, e conquistou alguns aparelhos como escolas, creches, unidades básicas de saúde e

³As casas de estilo conjugado são edificações em conjunto divididas por uma parede.

linhas de transporte coletivo. Contudo, o esgotamento sanitário é uma necessidade imediata do local, bem como a prestação do serviço de água encanada que não funciona a contento.

A Prefeitura Municipal de Campina Grande, em 2005, construiu na comunidade mais dois conjuntos habitacionais no intuito de abrigar posteriormente algumas famílias que residiam na área do Lixão. Também foram encaminhadas para essas casas pessoas que viviam em áreas de risco espalhadas pela cidade. Esse fato acirrou disputas territoriais, do tráfico de entorpecentes, existentes no Mutirão.

Segundo a Associação dos Moradores do Mutirão, a comunidade tem cerca de 7.150 moradores distribuídos entre as casas de autoconstrução e as edificadas pelo poder público municipal. Alguns desses domicílios ocupam margens de riachos temporários e possuem corpos d'água em seu entorno. Esses são alguns dos fatores que concretizam a vulnerabilidade da comunidade.

A vulnerabilidade é social porque são os mais pobres que enfrentam as maiores dificuldades para se adaptarem às intempéries extremas dadas as condições de fragilidade em que se encontram. O sítio que ocupam é mais suscetível a escorregamentos e alagamentos e as edificações nas quais se abrigam são compostas por elementos técnicos menos resistentes a ação da água e ao movimento de material intemperizado. O resultado é cruel: mortes e perdas materiais após chuvas intensas (RIBEIRO S/D).

A situação de vulnerabilidade vai além destas intempéries extremas. Ela é diária, conforme verificado na realidade do Lixão Municipal, local que foi/é base de subsistência de parte dos habitantes da comunidade do Mutirão. A vulnerabilidade é, portanto, social e ambiental, pois, apresenta condições precárias onde interagem o híbrido da sociedade e da natureza, uma vez que incorpora as duas dimensões. Intensificando a vulnerabilidade a que estão presentes os moradores. Esses aspectos que resultam na urgente necessidade não só discutir a socionatureza como também integrá-la ao desenvolvimento de processos de planejamento e gestão da área do Mutirão.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PENSAR A GESTÃO E O PLANEJAMENTO URBANO NA COMUNIDADE DO MUTIRÃO

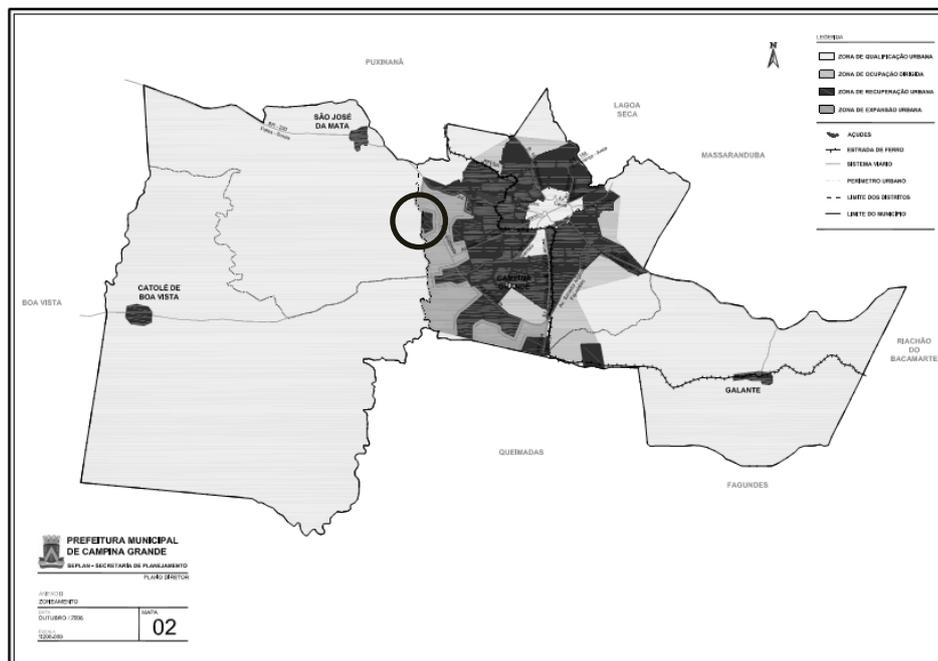
Os desafios do planejamento e a gestão urbana, sobretudo em áreas pobres das cidades, são inúmeros. A questão essencial é a possibilidade de desenvolver formas de planejamento e gestão urbana para áreas de precarização socioambiental. É seguindo essa premissa que desafiamo-nos a discutir essa perspectiva a partir do contexto da Comunidade do Mutirão. Essa tarefa demanda inicialmente dois esforços, um de ordem teórica e o outro de cunho metodológico. Enquanto este se relaciona a um estudo de campo da área em questão que possa direcionar melhor o abrandamento dos problemas urbanos apresentados, aquele traz à tona as reflexões literárias sobre os conceitos entornam esse trabalho.

A abordagem teórico-conceitual parte da noção de socionatureza. Nesse sentido, coloca-se como desafio a possibilidade de um planejamento cujo ponto de partida é o pressuposto da relação híbrida entre sociedade e natureza presente no espaço. Esse tipo de esforço deve originar a sensibilização social e dos gestores públicos para abordagens com esse viés. Dentro dessa discussão, um ponto importante e que é elaborado por Carvalho (2011) diz respeito à associação entre gestão e planejamento. A gestão ocorre em tempos curtos, isto é, ações diárias redundaram no sucesso de um planejamento que, por sua vez, está investido de tempos longos e passíveis de criatividade.

Quanto à comunidade foco deste estudo, é preciso que acadêmicos, moradores e gestores públicos reflitam debrucem-se sobre a área, uma vez que o Mutirão é um espaço de suma importância para a expansão urbana de Campina Grande. Na área, resta ainda um

espaço vazio entre o Mutirão e bairros vizinhos que possuem ligação direta com o bairro central da cidade.

FIGURA 2: MAPA DE ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR. ANO: 2006.



Fonte: Plano Diretor 2006 – SEPLAN- PCMCG. Adaptado por Freire, 2014.

No mapa da figura 2, as áreas na tonalidade cinza são zonas de expansão urbana, enquanto as marcadas com a cor preta representam zonas de recuperação urbana. A comunidade do Mutirão é uma área destinada à recuperação urbana, sobretudo em razão dos mecanismos de especulação fundiária que se aproximam da área. Programas habitacionais de cunho popular têm sido direcionados para essa porção da cidade.

No entanto, o Mutirão apresenta muitos problemas presentes de cunho ambiental como à preocupação com lixo, poluição e contaminação do solo e do lençol freático, ausência de esgotamento sanitário e a possibilidade de novas enchentes na comunidade. Neste contexto, é preciso destacar os principais desafios e possibilidades para pensar estes processos de planejamento e gestão para áreas de precarização social e ambiental.

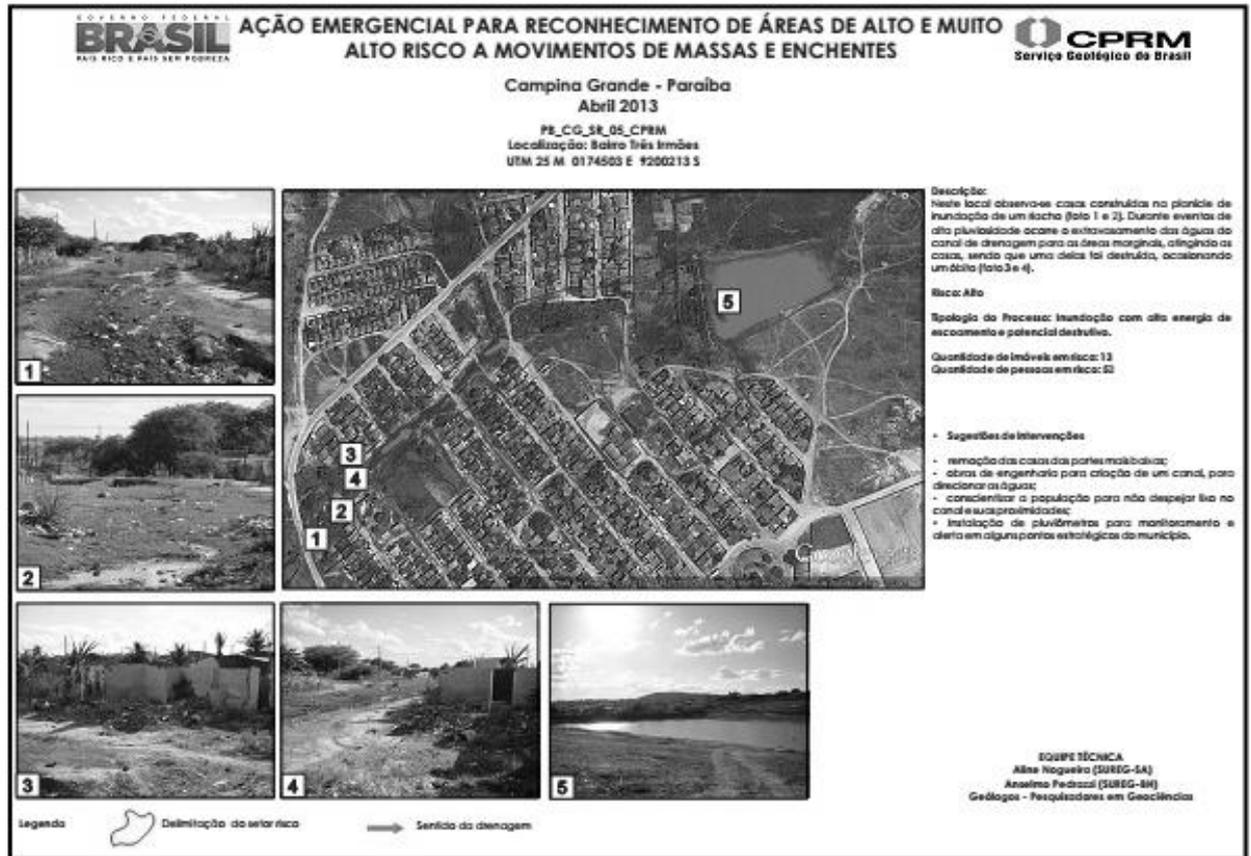
Desafios para gestão e planejamento no Mutirão

São diversos os desafios para pensar as formas de gestão e planejamento de áreas pobres em Campina Grande, a exemplo do Mutirão.

A primeira pelega é a da falta de informações ou o desacerto em relação a esses esclarecimentos. Um exemplo disso pode ser encontrado no trabalho desenvolvido pela Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), conforme destacado na figura 3, que aponta a área de risco de enchente na comunidade Mutirão. Um dos problemas do material é o da localização da comunidade Serrotão.

A área onde consta o bairro Três Irmãs é, na verdade, o Serrotão, especificamente o Mutirão. Outro deslize do material é a demarcação da área de risco isto por que a drenagem do curso do riacho apresentado na figura abaixo, segue o curso contrário ao demarcado pelo material da CPRM. Uma vez que a altimetria do terreno não permite este sentido de drenagem.

FIGURA 3: DEMARCAÇÃO DE RISCO NO MUTIRÃO



Fonte: CPRM – Documento obtido na Defesa Civil do Município

Esses percalços dificultam a elaboração de uma gestão de riscos, uma vez que informações contraditórias levam a medidas mitigadoras equivocadas que previnem riscos inexistentes e negligenciam perigos reais.

Após desastre ocorrido em 2011 onde o rompimento de uma barragem desencadeou a destruição de casas e atingiu 244 pessoas de forma direta e indireta, algumas medidas foram adotadas como canalização do leito do riacho que corta o Mutirão. No entanto, apesar das medidas estruturais tomadas, a comunidade teme outros eventos dessa natureza porque a barragem rompida e que ocasionou a enchente encontra-se no sentido contrário ao da canalização.

Esses equívocos apresentam-se como um desafio porque reúne uma série de problemáticas ligadas a possibilidade de gestão para a área do Mutirão. Sendo assim, como pensar em um planejamento a partir de uma leitura que não corresponde necessariamente à realidade? Esse é um fator que conta com um agravante que é a desarticulação existente entre técnicos, órgãos institucionais que gerenciam os riscos e da população que por falta de conhecimento apoia medidas que falsamente amenizam as situações de perigo a que está exposta.

A desarticulação entre gestores públicos, academia e sociedade gera falta de informação e a desvalorização da natureza, neste sentido a solução posta, na maioria dos casos, é o concreto, que canaliza rios e impermeabiliza o solo, mas que não acaba com os problemas, como destaca Carvalho (2011). Essa sequência problemática dificulta e contradiz a própria legislação da cidade que no Artigo 116 do seu Plano Diretor Municipal, ao tratar do manejo das águas pluviais e drenagem urbana, diz que

Ficam definidas como ações prioritárias no manejo das águas pluviais: I – a definição dos mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com as áreas de interesse para drenagem, como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas

comunitárias e manutenção da vegetação nativa; II – a implantação de medidas de prevenção de inundações, incluindo controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e outros tipos de ocupações nas áreas com interesse para drenagem; III – o investimento na renaturalização e melhorias das calhas fluviais e na recuperação dos sistemas de macro e micro-drenagem. (Grifos Nossos).

Apesar da legislação, a atuação do poder público tem ido de encontro ao processo de valorização ou “renaturalização” dos riachos. De forma geral, o que tem sido feito é a adoção de procedimentos que levam a impermeabilização do solo e destruição consciente das margens dos riachos. O esforço que se desenvolve, porém, concorre para que o Estado passe a atuar de forma conjunta com a comunidade e academia buscando a elaboração de estratégias que fundamentem uma gestão eficaz de áreas precárias e habitadas da cidade.

Possibilidades e Propostas

O Mutirão é uma área que não está urbanisticamente constituída. Por essa razão, propostas de gestão e planejamentos a serem implementadas na comunidade devem ser pensadas em longo prazo.

Inicialmente, torna-se imprescindível a identificação de eventuais riscos existentes na comunidade, bem como das vulnerabilidades presentes na área. Nesse quesito, sobressai como alternativa de ação prévia a construção de uma cartografia social da comunidade que destaque os elementos de riscos que possam deixar a comunidade vulnerável.

Em seguida, mas tão urgente quanto à primeira medida, está a promoção do saneamento básico. O abastecimento d’água e as formas de uso e reuso desse recurso natural são aspectos fundamentais dessa conjuntura de gestão e planejamento do Mutirão. Focando o problema do reuso, em especial, essa atividade deve visar à melhoria dos processos de armazenamento da água que poderá ser destinada a criações de animais e cultivo de hortaliças, por exemplo.

Um terceiro momento de intervenção deve tratar do investimento na permeabilização do solo. Como as calçadas do Mutirão não dispõem de calçamento é preciso a instalação de um calçamento que permite a infiltração da água no solo.

Outro elemento a ser considerando no conjunto das medidas intervencionistas no Mutirão compreende as áreas onde estão localizadas as obras de canalização onde podem ser replantadas para uma melhor possibilidade de infiltração. Na área do antigo Lixão Municipal, devem ser implementados procedimentos educativos para a população, buscando a tangibilidade e a valorização da relação com a natureza.

Junto à gestão pública e a atuação da academia, as orientações estratégicas de sensibilização através da atuação da escola e de movimentos sociais devem ser consideradas no auxílio à implementação de melhorias no desenvolvimento das condições de vida dos habitantes do Mutirão. Nesse sentido, o reconhecimento da existência de outros problemas agrupados a vulnerabilidade socioambiental pode contar com o auxílio da comunidade através da construção de uma cartografia social que favoreça uma atuação efetiva de melhoria das condições de vida da comunidade. Esse tipo de ação, além de partir para medidas corretivas deve estar também centrado na valorização do ambiente e das pessoas que o habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso pensar a gestão e o planejamento urbano na Geografia além das dicotomias científicas e disciplinares. Esse é um tema que deve ser encarado a partir da inter-relação entre sociedade e natureza, considerando-se, sobretudo, a noção de siconatureza a partir de uma abordagem conceitual que abarca a complexidade dessa relação.

Com a superação dos dilemas conceituais dicotômicos e fragmentados, lança-se mão de propostas metodológicas que busquem discutir os problemas cotidianos das cidades a partir de um esforço que proponha formas de melhoria para todos os seus moradores. A cidade deve ser enxergada como um espaço de vida, ao invés de apenas, como se tem colocado, um espaço de trabalho. É preciso pensar sobre a qualidade de vida das pessoas que escolhem a cidade para viver.

As condições ambientais urbanas e os desafios impostos por essa situação principalmente às áreas carentes é uma discussão que não deve ser dispensada. Deve-se parar de pensar na natureza como algo contrário ao homem e adotar a perspectiva de integração desses elementos.

Visível tanto nas grandes quanto nas médias, a maioria das cidades brasileiras segue um processo de fragmentação de seu espaço. Mesmo com alteração nas possibilidades de consumo nos últimos anos, os contrastes sociais são cada vez mais evidentes. A falta de moradia ainda é um problema a ser superado e do mesmo modo a questão da qualidade das moradias dos mais pobres que vivem em áreas muito precárias.

Os planos diretores municipais mostram, aparentemente de forma contraditória, que existe sim um planejamento urbano para as cidades. O entrave está na forma como esses projetos são elaborados, a qual grupo é realmente destinado e a quais interesses buscam atender.

O ponto de partida de uma gestão integrada encontra-se, entre outros fatores, na quebra da visão desenvolvimentista (no sentido de progresso) do planejamento urbano e abraçar a necessidade das pessoas. O poder público deve atuar na melhoria de uma cidade de todos e para todos.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F: Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico In: _____SOUZA, M.L. SPOSITO, M.E.B. (Orgs) A produção do espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, L.E. **Os Descaminhos das Águas na Metrópole:** A socrionatureza dos rios urbanos Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Geografia. Recife, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados sobre população de Campina Grande. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20/09/2013
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE – Censo Demográfico **Aglomerados Subnormais:** primeiros resultados 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- MAIA, D.S. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788].
- MOREIRA, R. A Geografia Clássica. In: _____. **O pensamento geográfico brasileiro: vol. 1. As matrizes clássicas originárias.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 13-48. Capítulo 1.
- CAMPINA GRANDE. Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006. **Revisão do Plano Diretor. Campina Grande, 2006**
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.
- RIBEIRO, W. C. **Riscos e Vulnerabilidade Urbana no Brasil.** São Paulo, s/d
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica, Tempo, Razão e Emoção** 4ª edição, São Paulo: EDUSP, 2002.

FREIRE, Z.

SPOSITO, M.E.B: Segregação espacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P.A. CORRÊA, R.L. PINTAUDI, S.M. A Cidade Contemporânea Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.